

No título em nome de YONEZAWA KIYOSU, RG.1.167.964, que nos termos dos art. 1º e 2º das DTs da LC.556/88, o funcionário fica c/o cargo de que é ocupante enquadrado, de acordo c/Anexo I - Anexo de enquadramento das Classes EV.N.Superior a que se refere o art. 1º do citado diploma legal, na seguinte conformidade:

AGENTE DO SERVIÇO CIVIL N.V., SDC-III, pad.29-E,I,I, EV.4, para AGENTE DO SERVIÇO CIVIL, Faixa 9, Nível IV, SDC-III,EV.Nível Superior, a/pd. 1º/07/88, ficando alterada a apostila publicada em 27/03/88.

#### CENTRAL DE TRIAGEM E ENCAMINHAMENTO

Portaria da Diretora do S.A. de 31-03-89

**CONCEDENDO**, à Maria Cecília Daré Palomares Alves, RG...13.143.034, 120 dias de Licença-Gestante, nos termos do art.193 da Lei 10.261/69, a partir de 12-08-89 - H.I....581.853.

#### ALTERAÇÃO - ARTIGO 80 DO R.G.S.

02-CAS-CETREN-Setor de Expediente - Encº de Setor II, SDC-II, Pxa 5, N.III, E.V.N.M., Tab.I - Maria da Penha Correa RG. 2.300.965 - 1º) Aurea Lucia de Oliveira, RG.11.26.610 Escriturário, SQP-II, Pxa. 1, N.II, da E.V.N.M., Tab. I - 2º) Luisa Varela Santiago, RG. 3.137.512, Auxiliar de Serviços, SDC-III, Pxa.1, N.I, E.V.N.B., Tab. I - Decreto nº 14.825/80.

41-CAS-CETREN-SAC-Seção de Desligamento, Chefe de Seção II, SQP-I, Pxa. 8, N.III, E.V.N.M., Tab.I - Benedito de Oliveira, RG. 3.236.675 - 1º) Claudete Soares dos Santos, RG. 11.793.311, Auxiliar de Serviços, SDC-III, Pxa.1, N.I E.V.N.B., Tab.I - 2º) Odila dos Santos, RG. 16.525.764 , Escriturário, SDC-III, Pxa. 1, N.I, E.V.N.M., Tab.I - Vigença a partir de 30-09-89 - Decreto nº 14.825/80.

50-CAS-CETREN-S.A. - Seção de Material e Patrimônio, Chefe de Seção II, Pxa. 8, N.IV, da E.V.N.M., Tab.I - Paulo Benedicto Arrym, RG. 2.997.899 - 1º) Antonio Augusto Machado, RG. 2.501.240, Encº de Setor II, SDC-II, Pxa.5, N. III, E.V.N.M., Tab.I - 2º) Antonio Cesar da Silva, RG...15.763.826, Almoxarife, SDC-II, Pxa.2, N.I, E.V.N.M., Tab. I - Decreto nº 14.825/80.

#### DEPARTAMENTO DE AMPARO E INTEGRAÇÃO SOCIAL

**APOSTILAS DO DIRETOR DO SERVIÇO DE**

**PESSOAL**, DE 05-09-89

**CONCEDENDO APOSENTADORIA**, nos termos do artigo 49, inciso III, item "C", da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1.988, ANTONIETA BÁRCOSA DOS SANTOS, F.C. 5.106.443, Auxiliar de Serviços, Faixa 1, Nível IV, Tab.1, da E.V.N.B., SDC-II, visto contar com 27 anos, 02 meses e 29 dias, conforme provos a C.L.T.S. nº 26/88, ratificada pelo G.P.C.R.H., da C.R.H.B., publicado no DOE, de 17-08-89, fazendo jus aos proventos mensais de 27/30 avos, L.C. nº 565/88, da 5ª A.T.S., artigo 12, inciso I, § 1º, da gratificação a que se refere o artigo 9º-II, todos do mesmo citado diploma legal e do adicional de insalubridade grau médio 20%, L.C. 432/85. (Proc.-SEPS-nº 0261/87).

, nos termos do artigo 49, inciso III, item "C", da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1.988, ANA MARCELLI NEGRIL, RG. 2.563.116, Auxiliar de Serviços, Faixa 1, Nível IV, Tabela 1, da E.V.N.B., SDC-III, visto contar com 28 anos, 02 meses e 07 dias, conforme provos a C.L.T.S. nº 25/89, ratificada pelo G.P.C.R.H., da C.R.H.B., publicado no DOE, de 19-08-89, fazendo jus aos proventos mensais de 28/30 avos, L.C. nº 565/88, da 5ª A.T.S., artigo 12, inciso I, § 1º, da gratificação a que se refere o artigo 9º-II, todos do mesmo citado diploma legal e do adicional de insalubridade grau médio 20%, L.C. 432/85. Efectivada após 10-06-1.990.(Proc.-SEPS-nº 392/87).

#### APOSTILA DO DIRETOR DO SERVIÇO DE

**PESSOAL**, DE 05-09-89

Na Apostila de admissão datada de 03-05-61, em nome de MARIA APARECIDA MIRANDA, para declarar que o nome constou da interessada é MARIA APARECIDA MIRANDA e não como constou.

#### COORDENADORIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

##### DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Apostilas da Diretora, de 1-9-89

**DECLARANDO**, em nome de MARIA APARECIDA DE ALMEIDA BUSSACOS, RG.1.671.780, Escriturário, que nos termos dos artigos 1º e 2º das DTs. da LC.585 de 21/12/88, a função fica a partir de 01/10/88 com o cargo enquadrado na Faixa 1, Nível II, EV.NM, do SDC-III.

**CONCEDENDO** a MARIA APARECIDA DE ALMEIDA BUSSACOS , RG.1.671.780, Escriturário, Faixa 1, Nível II, EV.NM., por ter completado 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício, mais 01 (um) quinquênio - A.T.S., a que se refere o artigo 12, da LC.565/88, que somados aos já concedidos totalizam 05 (cinco) quinquênios, a partir de 12/04/89.

- a MARIA APARECIDA DE ALMEIDA BUSSACOS, RG.1.671.780, Escriturário, Faixa 1, Nível II, EV.NM., por ter completado 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício a Sexta-Parte dos vencimentos a que se refere o inciso II - do artigo 12, da LC.585/88, a partir de 13/04/89.(Processo SEPS.2076/891.

## Segurança Pública

Decreto  
do Arcebispo de São Paulo

#### GABINETE DO SECRETÁRIO

**RETIFICAÇÃO DO D.O. DE 05-07-89**

Na Regulagem considerando anteriormente referente ao D.O. Decreto 171 que fixava Férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

#### Policia Civil de São Paulo

#### DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA

Portaria 1 - Delegado Geral

Considerando o que consta no artigo 1º da Portaria 171, que fixava férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

Articular:

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Julho, para os termos do artigo 48, determina nos termos do artigo 7º,

que férias civis de 15 dias, de 10 a 25 de Jul